

Boletim da Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste



SINDURB/PE - SINERGIA/BA - SINTEPI - SINDELETO-CE
SINERGIA/SE - STIU/AL - STIU/PB - SINTERN

| Agosto - 2023 |

REALIZADA MAIS UMA RODADA DE NEGOCIAÇÃO COM A ELETROBRAS

Foi realizada na última segunda, 28, no Rio de Janeiro, mais uma rodada de negociação da campanha salarial 2023/2024 com os representantes da Eletrobras. O encontro rendeu uma nova proposta da empresa: Renovação de todas as cláusulas nacionais e específico com aplicação da inflação do período nas cláusulas econômicas, exceto a cláusula sétima que trata do quadro de pessoal.

Importante destacar que, desde o início das negociações, a prioridade da FRUNE é a manutenção dos benefícios e a garantia de que não ocorram demissões sem justa causa na Chesf. Os dois PDV's representaram uma redução de 40% do quadro da empresa. Dessa forma, somente a Chesf assegura 36% de todos os desligamentos ocorridos na Eletrobras. "Já fomos penalizados demais nesse processo. Somos a empresa que possui a menor média salarial do grupo e o menor PMSO, não vemos necessidade de mais demissões na empresa", destaca o presidente da FRUNE, Raimundo Lucena.

Sobre o andamento das negociações, a FRUNE, através do da assessoria jurídica, está finalizando a redação da cláusula sétima, onde estará resguardada a situação específica da Chesf. O acordo será prorrogado até o dia 15 para que possamos realizar as assembleias em todas as bases do Nordeste.



FRUNE PRESENTE EM REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA ELETROBRAS

A Frune marcou presença na reunião com o novo presidente da Eletrobras, Ivan Monteiro, realizado na última segunda, 28, na sede da holding, no Rio de Janeiro. Na reunião, foram abordados temas que afetam os empregados de todas as empresas, sendo assegurado pelo novo presidente da Eletrobras que não haverá descumprimento do acordo assinado. Monteiro destacou ainda sua preocupação com os trabalhadores, saúde e segurança, sendo pontos, segundo ele, inegociáveis dentro dessa nova gestão.

Como saldo do encontro, foi definido um cronograma de reuniões com os sindicatos para tratar dos temas prioritários da categoria, entre eles: plano de saúde, previdência e PLR 2023. Já sobre a reabertura do PDV 2023, após diante do dissídio de natureza jurídica no TST promovida por outras bases, a Eletrobras informou que, como o tema está sendo discutida na esfera Legal, não irá debater esse tema fora âmbito jurídico.

Seguindo a reunião, após ouvir o pleito dos sindicalistas e suas preocupações com as condições de trabalho, a diretoria ressaltou que compartilha a mesma preocupação, assegurando o cumprimento integral do que está assinado no ACT. Questionado sobre o adiantamento da segunda parcela do 13º, foi informado que a Eletrobras irá pagar no dia 13/10.

TERCEIRIZAÇÃO - Presente na reunião, o Vice Presidente de Gente e Cultura, José Renato, após abordagem dos dirigentes sobre a questão da terceirização nas empresas do grupo, admitiu que algumas empresas essa prática excede o limite. Os dirigentes reforçaram que a Chesf é uma dessas empresas, onde inclusive as atividades permanentes da DO foram terceirizadas nos últimos anos, o que além de trazer um risco para o sistema, notoriamente precariza trabalho, devido a salários baixos, falta de treinamento adequado, risco a saúde e segurança do trabalhador.

Para a Frune essa é uma das bandeiras de luta prioritária. "Queremos primarizar as atividades principais da empresa. A terceirização em massa no setor de distribuição já se mostrou ineficiente e muito prejudicial ao trabalhador", finalizou Lucena.

APOSENTADORIA ESPECIAL

Eletricitários entram no corpo a corpo no Congresso para defender benefício justo aos trabalhadores do setor elétrico

Está tramitando no Congresso Nacional o PLP 245, que visa o retorno da aposentadoria especial com idade mínima de 60 anos para algumas categorias. Estamos somando esforços junto a Câmara por uma emenda que contemple os eletricitários, pois o texto aprovado no Senado não nos atende.

Os trabalhadores que tinham 25 anos trabalhados em área de risco até 13/11/2019 e entraram na Justiça estão tendo decisão judicial favorável, pois já haviam implementado os requisitos vigentes até a reforma da previdência. Em 2019, com a reforma previdenciária, acabou essa possibilidade, mesmo na Justiça.

Quanto a idade mínima, há uma ação de inconstitucionalidade de trecho da EC 103 sendo julgada no STF, que pode reverter a exigência para 60 anos aos eletricitários, caso consigamos reconquistar o direito a aposentadoria especial, em caso de aprovação do PLP 245. Seguiremos atentos!



COMISSÃO APROVA REALOCAÇÃO DE EMPREGADOS DE ESTATAIS DO SETOR ELÉTRICO PRIVATIZADAS

Pela proposta, os novos cargos e salários deverão ser compatíveis com os anteriores

Agência Câmara de Notícias

A Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou proposta que estabelece que os empregados de empresas públicas do setor elétrico federal privatizadas deverão ser aproveitados em outras estatais.

A medida deverá ser adotada quando não houver a opção de permanência no emprego. Pela proposta, os novos cargos e salários deverão ser compatíveis com os anteriores. O aproveitamento em outras estatais deverá ocorrer mesmo no caso das empresas já privatizadas.

O texto aprovado é o substitutivo da deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) ao Projeto de Lei 1791/19, do ex-deputado Assis Carvalho (PI). Originalmente, o texto visava garantir o emprego apenas dos funcionários das distribuidoras subsidiárias da Eletrobras, que foi privatizada.

O SUBSTITUTIVO ALTERA A LEI 12.783/13, QUE TRATA DO SETOR ELÉTRICO

A relatora decidiu ampliar a medida original para todas as estatais federais do setor elétrico, independentemente da atividade (produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia).

“É plausível a inserção de dispositivo que amplie os direitos trazidos pelo projeto às situações consolidadas, isto é, aos empregados das empresas do setor elétrico que já foram privatizadas”, disse Melchionna. Ela criticou ainda no parecer a desestatização da Eletrobras, autorizada por uma lei em 2021. “A privatização não apenas fere o interesse público por entregar à lógica de lucro da iniciativa privada um dos maiores patrimônios nacionais, mas também por dispensar centenas de trabalhadores altamente qualificados e experientes, legando-os à própria sorte”, afirmou a relatora.

Tramitação - A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

AÇÕES SOBRE AS PLRS 2015, 2016 E 2017



Sobre os processos que envolvem o pagamento das PLR's, esclarecemos que todos os estados do Nordeste já coloram na justiça as ações que questionam o pagamento da

parcela incontroversa dessas PLRs. A decisão, entretanto, depende dos Tribunais estaduais, já que alguns foram favoráveis a PLR 2015.

Fiquem atentos e acompanhem os informes dos seus sindicatos!

Informação da reunião de hoje, 30, do CNE com a Eletrobras:

*2ª parcela da PLR 2022: será paga em 01/09;

*2ª parcela do 13º salário será paga em 13/10.

Contudo, iremos aguardar a oficialização da Eletrobras